

*ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA
ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX*

**A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES MATEMÁTICOS NA ESCOLA PRIMÁRIA
DO ESTADO DA BAHIA, SÉCULO XIX-XX**

Claudinei de Camargo Sant’Ana - UESB,
claudinei@ccsantana.com

Irani Parolin Santana – UESB

(Bolsista CAPES), irani@ccsantana.com

Márcio de Oliveira d’Esquivel – UESB

(Bolsista UNEB), marciodesquivel@gmail.com

Rosemeire dos Santos Amaral – UESB

(Bolsista CAPES), roseamaral25@gmail.com

Tatiana Silva Santos Soares – UESB

(Bolsista FAPESB), tatyssantosster@gmail.com

Introdução

Esta pesquisa é parte do projeto de investigação mais amplo intitulado “A constituição dos saberes elementares matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no Curso Primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970”, organizado pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT) e desenvolvido com a participação de vários pesquisadores do Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM), cujo propósito é investigar a trajetória de constituição e ensino dos saberes elementares da Matemática (Aritmética, Geometria e Desenho) no estado da Bahia, entre os anos de 1890 e 1970, destacando o Ensino Primário.

Nos concentramos a analisar dois modelos de instituição escolar presentes em todo o país: o “Grupo Escolar” e a “Escola Normal”. A pesquisa de campo iniciou-se na cidade de Vitória da Conquista, ampliando-se para Anagé, Brumado, Caetité e Guanambi, todas do interior do estado da Bahia e são representativas no cenário educacional das primeiras décadas da Bahia republicana. Esse campo de pesquisa nos impulsiona a questionar: Como se constituíram os saberes elementares matemáticos para o ensino de Aritmética, Geometria e Desenho das escolas no Curso Primário da Bahia entre 1890 e 1970?

Para um melhor detalhamento da pesquisa, tornar-se-ia primordial algumas ações como: compreender a instalação das instituições educacionais que visavam o Ensino Primário na Bahia: as Escolas Normais e os Grupos Escolares; identificar as determinações legais para os saberes elementares matemáticos (Aritmética, Desenho e Geometria) no e para o ensino na Escola Primária da Bahia (1890-1970); analisar a Cultura Escolar do Ensino de Matemática

ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX

nos Grupos Escolares; investigar o processo de escolarização dos conhecimentos de Desenho e Geometria na Bahia; discutir sob a perspectiva do processo histórico de surgimento, mudanças e permanências no Ensino de Matemática, Desenho e Geometria como saberes para a Escola Primária na Bahia.

A Escola Primária no estado da Bahia e os saberes elementares matemáticos (1890-1970)

O ato de 10 de Janeiro de 1890, expedido por Manoel Victorino Pereira, segundo governador do estado da Bahia - 23 de novembro de 1889 a 26 de abril de 1890 -, prescrevia como “obrigatória a frequência das escolas públicas do ensino primário para as crianças de ambos os sexos dos 6 aos 13 anos de idade” (BAHIA, 1890, p. 17)¹. Assim, iniciava-se um projeto político voltado para a escolarização das crianças baianas.

Do programa das escolas primarias, a Secção 3^a, Art. 42, apresenta como matérias:

Escrita, Leitura, Elementos de gramatica portuguesa; Aritmética: operações elementares com aplicações práticas, fracções decimais e ordinárias, proporções e suas aplicações, sistema métrico decimal; Desenho linear, desenho de contornos; Noções de geografia e história, especialmente pátrias; Rudimentos de ciências naturais; instrução moral e cívica; Lições de cousas generalizadas a todas as disciplinas; Canto coral, trabalhos manuais, compreendidos os de jardinagem e horticultura; Exercícios calistênicos e militares; Trabalhos de agulha e prendas domesticas, nas escolas do sexo feminino (BAHIA, 1890, p. 78-79) (grifo nosso).

Em 1895, o governador regulamentou o Ato de 4 de outubro sobre o Ensino Primário no estado da Bahia. Nesse, as idades para a matrícula nas escolas seriam: a) de quatro a sete anos na escola infantil; b) de seis a treze anos na escola elementar; e, c) de dez a dezesseis anos na escola complementar (Art. 76). O ensino dos saberes elementares matemáticos estariam pautados no Art.114 que destacava o “Calculo e sistema métrico e o Desenho” (BAHIA, 1895, p. 64).

A Escola Primária então, dividida em três níveis de ensino (elementar, médio e superior), discriminava conteúdos específicos para cada grau de estudo, sendo:

Curso elementar: Princípios de numeração falada e escrita: somar, diminuir, multiplicar e dividir, até dois algarismos no divisor; problema sobre as quatro operações. Noções práticas do sistema métrico.

Curso médio: Revisão do curso antecedente. Divisão de números inteiros, operações sobre as fracções ordinárias e decimais. Sistema métrico. Problemas e aplicações.

Curso Superior: Números primos; divisibilidade dos números; regra de três simples; sistema métrico. Problemas e aplicações (BAHIA, 1895, p.66).

¹ Em citações com documentos históricos, atualizamos a escrita em relação às regras gramaticais para melhor leitura.

ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX

Na legislação para o ano de 1913, verificamos o direcionamento para *Calculos das operações fundamentais, pesos e medidas usuas* e desenho linear. Ao passo que, em 1925, a nomenclatura *Arithmetica* foi adicionada à cadeira de cálculo. As cadeiras de *Noções de Geometria e Desenho* não apresentavam especificidades, ou seja, destinavam-se tanto para as escolas das áreas urbanas, quanto para aquelas localizadas na zona rural (AMARAL, 2015, p. 32), contemplando um processo de uniformização do ensino.

Os Grupos Escolares na Bahia

A Lei nº 117 de 24 de agosto de 1895², aprovada pelo governador da Bahia, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, em se tratando da organização do ensino, fez “a alusão a um novo tipo de escola primária, os grupos escolares” (ROCHA; BARROS, 2006, p. 180). Contudo, de acordo Rocha (2012, p. 251) “a ideia era de que o grupo escolar apenas devia “reunir” num mesmo prédio as diversas escolas isoladas. A proposta de grupo no estado se distanciava daquele que estava sendo implantada no estado de São Paulo”. Assim, na Bahia, mais precisamente em Salvador, na prática apenas em 1908, provavelmente, a referência é o Grupo Escolar da Penha (ROCHA; BARROS, 2006; SAVIANI, 2008; ROCHA, 2012).

Conforme designa a Legislação do estado da Bahia em 1913, o “Grupo escolar é a reunião de diversas escolas funcionando separadamente no mesmo prédio, sob uma direção” (BAHIA, 1913, p.134). Na Bahia, essa modalidade de ensino seria adotada para o ano de 1908, como descreve Vidal (2006):

os Grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922) e somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692 (VIDAL, 2006, p. 7).

A Lei n. 1006, de 06 de Setembro de 1913, no Art. 21, dispôs que “Haverá para difusão do ensino primário em todo o Estado, e em número suficiente às necessidades públicas” (BAHIA, 1913, p. 134). Nessa mesma Lei, o Art. 32 estabelece que “Em cada um dos distritos desta capital, fica o Governo autorizado a criar um grupo escolar, abrindo para isso o necessário credito, criando ao mesmo tempo, e na mesma proporção, nas cidades mais importantes no interior do Estado, grupos escolares” (BAHIA, 1913, p. 135).

² BAHIA. Lei n. 117 de 24 de agosto de 1895. Lei republicana aprovada pelo governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima sobre a Organização do ensino na Bahia. Acervo: Arquivo Público do Estado da Bahia-Biblioteca. Texto: Leis e Resoluções da Assembleia da Bahia no ano de 1895. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122520>>. Acesso em 27. jul. 2015.

ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX

Destarte, as representações sociais que são expressas por discursos, que “não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas)” (CHARTIER, 1990, p.17). Assim, por meio de um discurso que promulgava educação para todos, os republicanos salientavam a importância da instrução como meio para aniquilar as altas taxas de analfabetos do país. No entanto, construir prédios escolares não significaria uma expansão efetiva e acesso aos modernos métodos de ensino, evidenciando o caráter de precariedade destas instituições, como destacam Souza e Filho (2006):

A historiografia sobre os grupos escolares mostra que, embora implantados durante a Primeira República, sua difusão efetiva ocorreu a partir dos anos de 1930. Essa expansão acarretou de muitas maneiras a deterioração das condições de atendimento do ensino primário. Os grupos escolares deixaram de representar o moderno em educação pública e se tornaram precárias escolas primárias (SOUZA; FILHO, 2006, p. 44).

Assim, a Lei N. 231, de 16 de Outubro de 1937, apresenta em seu Art. Único, que

Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pela Secretaria da Agricultura e Obras Públicas um crédito especial de 500:000\$000 para custeio das obras de construção e instalação de prédios escolares, levada essa despesa á conta da verba n. 430 do Orçamento vigente, revogadas as disposições em contrário (BAHIA, 1940, p. 62).

Os Grupos Escolares nas cidades interioranas do estado da Bahia, em especial, tiveram sua implantação e funcionamento a partir da década de 1930, período áureo da expansão do Ensino primário no país, quando Anagé em 1940, Brumado, 1938, Guanambi, 1938 e Vitória da Conquista, 1935, respectivamente.

De acordo Vidal (2006), os Grupos Escolares foram extintos em 1971. Ao longo da década de 1970, os grupos escolares foram transformando-se em escolas estaduais de 1º grau, e o sentido de escola primária foi redefinido na educação brasileira (SOUZA, 2006, p. 153). Todavia, há registros de construção e implantação de escolas na Bahia com essa modalidade de ensino para esse período.

A Escola Normal

Em 1895, o Ato de 4 de Outubro quando, embora não mencionasse o termo “Grupo Escolar”, referia-se à determinação de que “As escolas públicas primarias de qualquer natureza observarão a organização pedagógica das escolas anexas ao Instituto Normal” (Art. 102, p. 61), conferindo aos Grupos Escolares a denominação ou reconhecimento enquanto “Escolas-modelo” do Brasil República. Estabelecer-se-ia, então, a relação entre a Escola

ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX

Normal (Institutos para a formação dos professores primários) e o Grupos Escolares (Escola Primária).

“No estabelecimento da profissionalização docente, foi imprescindível a atuação das Escolas Normais da Bahia, as quais ofereciam cursos que habilitavam os alunos-mestres ao ensino de crianças dos anos iniciais” (AMARAL, 2015, p.52), pois para lecionar nos Grupos Escolares, aos professores seria exigido “Carta de aluno-mestre pelos Institutos Normais do Estado ou dos municípios” (BAHIA, 1895, Art. 22, p. 47).

O Ensino de Desenho na Escola Normal

O Período compreendido entre a proclamação da República e as primeiras décadas do século XX, o modelo Grupo Escolar personificara o ideal republicano de ensino moderno. Associado aos Grupos Escolares está a organização da escola graduada e a consequente complexificação dos currículos de ensino. Os programas para o ensino de Geometria ganham maiores detalhamentos, consequência de uma escola organizada agora por níveis.

É com a Lei nº 1846 de 14 de agosto de 1925 publicada por ocasião da gestão do educador Anísio Spínola Teixeira a frente da Diretoria de Instrução Pública do Estado que se intenta uma ampla reforma educacional na Bahia. Ganham corpo no país as discussões educacionais em torno da renovação da educação. Entram em cena como catalizadores do aprendizado a noção de “necessidade” e “interesse”. Estes dois elementos aliados a ação do aluno seriam capazes de promover o desenvolvimento das potencialidades do aprendiz. Os trabalhos manuais passam a constituir, na reforma educacional posta em andamento na Bahia, o lugar por excelência para o ensino da Geometria e do Desenho para escola de ensino primário.

Ao se pretender estabelecer uma periodização para compreender o processo de constituição escolar dos conhecimentos de Geometria, busca-se antes investigar como em um determinado contexto histórico determinações legais, manuais didáticos e práticas escolares concorreram para o estabelecimento da geometria como saber disciplinar para escola de ensino primário.

Com a aprovação da Lei nº 37 de 14 abril de 1836, que instituiu a Escola Normal da Bahia, que se dá a inclusão de Desenho Linear entre as disciplinas para ensino no curso de formação de professores primários na Bahia. Para dar cumprimento aos programas de Aritmética e Desenho previstos na legislação, adotam-se os livros didáticos *Arithmética*, de

ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX

Bezout³ e *Desenho Linear*, de Louis Benjamin de Francoeur.⁴ Além dessas disciplinas também compõe as cadeiras de ensino do curso normal a matéria “Método de Ensino Mútuo e Simultâneo”. Para se apropriarem das orientações a respeito do ensino pelo Método Mútuo, são enviados professores baianos a Escola Normal de Paris. Ao retornarem traduzem para o português o manual didático do método sob o título “Manual das Escolas Elementares D’Ensino Mutuo”⁵.

O ensino de Desenho Linear constitui uma das determinações do referido manual que servirá de guia para os estudos na Escola Normal da capital do Estado. Será, no entanto com a publicação do “Regulamento para Escolas do Método Simultâneo e Mútuo-Simultâneo”⁶ em 20 de janeiro de 1842, que se dará a inclusão de Desenho Linear entre as disciplinas escolares para o ensino primário. Para o ensino de Desenho Linear para escolas primárias o manual prevê o ensino de elementos de Geometria, organizado segundo grau de dificuldade do ponto a linha, da linha a figuras geométricas, das figuras aos sólidos.

Será a partir do segundo quarto do século XIX que novos manuais começarão a circular na Bahia. Merece referência o livro *Desenho Linear* de Abílio Cesar Borges⁷, obra de grande circulação nacional que circulou até meados dos anos 1930, pelo menos. Não obstante outras obras foram catalogadas no período, a maioria de circulação restrita aplicadas a contextos escolares específicos (D’ESQUIVEL, 2015).

Como referência de ensino para escola primária o Conselho Superior de Instrução

³ Etienne Bezout - autor francês que ministrava cursos de Matemática para oficiais navais e para os guarda-bandeiras da rainha francesa. A tradução de sua obra para Língua Portuguesa foi feita por Monteiro da Rocha no contexto da criação da Faculdade de Coimbra pelo Marquês de Pombal. A Aritmética de Bezout foi sua obra mais conhecida. Sua vinda para o Brasil se dá ainda no período colônia. (VALENTE, 1999).

⁴ O matemático francês Louis-Benjamin Francoeur viveu em Paris entre 1773 e 1849, seguiu carreira militar e acadêmica. Enquanto militar, serviu ao exército e participou de várias batalhas nas campanhas francesas sob o comando de Napoleão Bonaparte e, na carreira acadêmica, atuou como professor de Matemática na École Polytechnique e, em seguida, no Lycée Charlemagne. É autor de obras que versam sobre temas da matemática, entre elas *Le dessin lineaire d’apres la methode de l’enseignement mutuel* (1819), obra que será usada para aplicação ao ensino mútuo nas escolas francesas. (TRINCHÃO, 2008, p. 266).

⁵ Traduzido do francês pelo professor baiano João Alves Portella, a utilização do Manual das Escolas Elementares do Ensino Mutuo utilizado no curso de formação de professores da Escola Normal, cumpre exigência da Lei provincial de 14 de abril de 1836. A obra traduzida corresponde à publicação de 1854, elaborada por M. Sarazin, professor do curso especial de ensino mútuo, fundado pela cidade de Paris.

⁶ BAHIA. Regulamento de 20 de janeiro de maio de 1842. Coleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1842 a 1847. Bahia, Tip. De Antônio Olavo da França vol. IV, p. 465

⁷ Abílio Cesar Borges (1824-1891) nasce na Bahia e, em 1858, troca sua carreira de médico pela atividade educacional ao fundar, nesse ano, o Ginásio Baiano; em 1871, transfere-se para Rio de Janeiro, instalando o Colégio Abílio. Em 1881, ganha de D. Pedro II o título de Barão de Macaúbas. Sobre esse personagem, há muitos estudos. Um deles, de autoria de Gondra & Sampaio (2010), resume do seguinte modo sua trajetória: médico, gestor da instrução pública, dono de escola, homem de imprensa, autor de livros de destinação escolar, viajante, conselheiro da instrução, Dr. Abílio César Borges protagonizou algumas iniciativas na esfera pública e privada, como forma de demonstrar princípios educativos que abraçara no que se refere aos métodos de ensino, aprendizagem da leitura e escrita, aritmética e geometria, educação infantil e castigos corporais, por exemplo (VALENTE, 2012, p. 89).

***ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA
ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX***

do Estado da Bahia, adota a obra *Primeira Lições de Coisas, Manual de Ensino Elementar para uso dos Paes e Professores* de N. A. Calkins, tradução de Rui Barbosa. As orientações sobre o ensino de Geometria constitui grande parte das proposições da obra. Sua influência de fato nas práticas escolares parecem terem sido mais efetivas nos cursos normais de formação de professores do que nas escolas de ensino primário propriamente ditas. Práticas escolares para o ensino de Geometria na escola de ensino primário indicam a permanência até as primeiras décadas do século XIX, de métodos e manuais didáticos anteriores as proposições do ensino intuitivo, que remontam aos métodos do ensino mútuo (D'ESQUIVEL, 2015).

É sob os auspícios do movimento de renovação da educação que começam a ganhar corpo no país, que a reforma educacional em andamento na Bahia entre os anos 1924 e 1928 aposta na ação do aluno como fator desencadeador da aprendizagem. Se esta concepção para o ensino já vinha sendo uma tendência educacional desde o final do século XIX, na reforma baiana de 1925, se constitui em diretriz principal que orienta os currículos e programas, determina a escolha de manuais didáticos e publicações pedagógicas e irá inspirar a preparação e o aperfeiçoamento dos professores para a escola de ensino primário.

A tendência pedagógica experimentalista de educação, que já era um dos pressupostos do método de ensino intuitivo, novos ramos do conhecimento serão agregados. Para entender as potencialidades infantis de desenvolvimento da aprendizagem, entram em cena a Psicologia, a Sociologia, a Biologia, a Estatística e até a Psicanálise. Se para Pedagogia clássica preponderante no século XIX, se educa pela instrução, para o pensamento educacional emergente, é pela ação que se forma a pessoa.

Para dar cumprimento aos ideais reformistas, Anísio Spínola Teixeira então Diretor de Instrução Pública, intenta uma ampla reforma educacional. A Lei nº 1846 de 4 de agosto de 1925 prevê dentre outras inovações, cursos de aperfeiçoamento para professores primários, publicação e distribuição de programas detalhados de ensino de Geometria e desenho, tradução e distribuição de obras referenciais da nova tendência educacional.

O ensino de Geometria ganha nas determinações legais status de independência em relação ao desenho. Este último figura como necessário ao desenvolvimento na criança do senso estético e artístico, aquele quando possível “deve ser prático, concreto e preparador, tanto quanto possível de uma profissão futura para o escolar”⁹. Tanto um como outro devem fundar seu ensino no desenvolvimento de trabalhos manuais. É nesse

ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX

sentido que a obra *Méthodes Américaines d'Éducation* de Omer Buyse⁸ adotada como referência e distribuída para ensino nas escolas primárias.

Os princípios que norteiam a obra de Buyse estão ancorados nas ideias do movimento da “educação nova”, emergente concepção educacional americana, que, por sua vez, está respaldada nas ideias do filósofo e educador John Dewey (1859-1952)⁹.

Não há na obra a indicação de Geometria como disciplina específica para a escola primária, antes os elementos de Geometria compõem os planos de ensino de Desenho e Trabalhos Manuais. O livro de Buyse não faz referência a conteúdos, ao definir o ensino de Desenho e de Trabalhos Manuais, mas a “ocupações”. Nestas os alunos se apropriariam dos conhecimentos necessários a sua ação social.

O livro de Buyse dedica grande parte de suas orientações ao ensino de Desenho e Geometria a partir da indicação de atividades práticas. Estas, não aleatoriamente escolhidas, baseiam-se nos princípios da “necessidade” e do “interesse” do aprendiz. Este princípio irá orientar a elaboração de muitos programas para o ensino de matemática para escola de ensino primário a partir dos anos 1930.

A indicação dos trabalhos manuais como desencadeador do processo de aprendizagem de desenho e Geometria, parece ter tido pouca penetração na escola de ensino primário, embora se identifique, sobretudo nas escolas normais e escolas primárias da capital do estado, a menção a realização de exposições com as produções dos alunos.

O ensino de Geometria e a formação de professores primários na Bahia

A preocupação com a formação dos professores primários foi uma das marcas da gestão de Anísio Spínola Teixeira nas duas ocasiões em que assumiu a direção da instrução pública no estado da Bahia. No primeiro momento (1924 - 1928) e na segunda passagem (1947 – 1951). Naquele amplia a oferta de cursos normais de formação de professores para o interior do estado. A Bahia contava em 1925 apenas com o Instituto Normal da Capital, foram criados em sua administração dois novos cursos nas cidades de Feira de Santana e em Caetité, ambas no interior do estado.

Constitui referência no período a publicação do Decreto nº 4312 de 30 de dezembro

⁸ Traduzido em 1927 por Luiz Ribeiro Senna e utilizado nas escolas primárias da Bahia com o título: *Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica*. A tradução corresponde à primeira parte do livro.

⁹ John Dewey nasce em 1859. Sua filosofia exercerá grande influência nos pensadores do movimento chamado Escola Nova no Brasil. É reconhecido como um dos fundadores da escola filosófica de Pragmatismo e representante principal do movimento da educação progressiva. Em linhas gerais os princípios que fundam o pensamento pedagógico de Dewey podem ser sintetizados na ideia de que a educação conduz ao progresso e à reforma social. O professor neste sentido assumiria o papel de servidor social cuja dignidade está em assegurar crescimento do indivíduo na sociedade.

ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX

de 1925 que regulamenta Ensino Primário e Normal e institui os Cursos de Férias, cursos de capacitação dos professores primários. Neste os temas relacionados ao ensino de Geometria figuram em duas conferências proferidas aos professores cursistas. *O Ensino de Desenho na Escola Primária*, ministrada pelo professor Arthur Mendes Aguiar, e *o Ensino de Matemática na Escola Primária*, ministrada pela professora Julia Leitão. Ainda tópicos de Geometria foram tratados na conferência *Trabalhos Manuais na Escola primária*, ministrada pela professora Alzira de Assis. Os ministrantes dos cursos eram professores do ensino primário, escolhidos pela Diretoria de Instrução Pública do Estado.

Em sua segunda passagem como Secretário de Educação empenha-se na elaboração da Lei Orgânica de Ensino. Nesta, ainda sob inspiração das ideias do movimento escolanovista, propõe dentre outras mudanças, a autonomia da Secretária da Educação na gestão da educação e a educação integral para alunos do ensino primário. A Lei orgânica de ensino nunca foi aprovada o que ocasionou sua insatisfação e pedido de demissão do cargo em 1948, prossegue no cargo a pedido do governador até 1951. Sob sua gestão professores baianos são enviados ao Rio de Janeiro para curso de especialização.

Considerações finais

A participação no projeto “A constituição dos saberes elementares matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no Curso Primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970” e a parceria com o Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem nos protagonizado um incentivo à pesquisa “A Constituição dos saberes matemáticos na Escola Primária do Estado da Bahia, Século XIX – XX”, agregando conhecimento sobre os diversos estados brasileiros nos aspectos referentes ao Ensino no Curso Primário, especificamente do período republicano.

Observando o cenário histórico educacional, o Curso Primário para o período em foco entrelaça o ensino nos Grupos Escolares e Escolas Normais, à medida em que há uma preocupação para com a formação do professor para os Anos Iniciais. São as Políticas Públicas que começam a preconizar o modelo de escola a estar em vigor e, a partir dessa mesma instância, a educação passa por reformas.

Os saberes elementares matemáticos, sobretudo o ensino de Desenho e Geometria, aqui expostos, se adequam aos novos padrões de sistematização das escolas, com vista à implementação da escola moderna, empreendendo programas de ensino (pautados em currículos) e aperfeiçoamento de professores, sendo a obra de Buyse, as contribuições do

ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX

pensamento de John Dewey e o Curso de Férias instrumentos e momento oportuno para tais ações.

Os centros de formação de professores baianos durante anos se estabeleceram nas cidades de Salvador, Feira de Santana e Caetité, as três cidades em que haviam Escolas Normais.

Assim, a pesquisa sobre a História da Educação no estado da Bahia, mais especificamente sobre a constituição dos saberes elementares matemáticos no Curso Primário se propõe a perspectivas por outras cidades, ampliando o leque de informações e investigação nos Grupos Escolares e Escolas Normais.

Agradecemos: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e financiamento; a parceria do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT) e do Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); ao convite e participação no Seminário Temático Franco-Brasileiro (2015); a integração dos participantes do Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM).

Bibliografia

AMARAL, Rosemeire dos Santos. *A Cultura Escolar do Ensino de Matemática nos Anos Iniciais: um panorama nos Grupos Escolares em Anagé, Brumado e Guanambi – Bahia (1938-2000)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A institucionalização da escola primária no Brasil (AC, BA, GO, MA, MT, MG, PI, SP, SE e RN, 1889-1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs). *Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012, p.9-22.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

DESQUIVEL, Márcio Oliveira. *O ensino de desenho e geometria para escola primária na Bahia (1835-1925)*. 2015. 109 f.. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2005.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. A educação primária no estado da Bahia (1889-1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs). *Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012, p.246-271.

**ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA
ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX**

ROCHA, Lucia Maria da Franca; BARROS, Maria Lêda Ribeiro de. A educação Primária Baiana: grupos escolares na penumbra. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 173-192.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. Ed. Ver. E ampl. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Rosa de Fátima de. As escolas públicas paulistas na primeira república: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs). *Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012, p. 23-77.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de; FILHO, Luciano Mendes de Faria. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 21-56.

TRINCHAO, G.M.C. *O desenho como objeto de ensino: uma história de uma disciplina a partir dos livros didáticos luso-brasileiros oitocentistas*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Tempos de Império: a trajetória da geometria como saber escolar para o curso primário. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. v. 12. n. 3(30), p. 83 Set/dez. Campinas- SP. 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 7-19.

Legislação e Documentos Oficiais

BAHIA, *Acto de 10 de Janeiro de 1890*. ACTOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Regulamento do Ensino Primário do Estado da Bahia. Bahia, 1890, p. 17-25.

BAHIA. *Lei nº 1006 de 06 de setembro de 1913*. LEIS DO PODER LEGISLATIVO E DECRETOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DA BAHIA. Reforma o Ensino Primário do Estado. Bahia, 1914. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122531>>. Acesso em 27 jul. 2015.

BAHIA. *Lei N. 190, de 3 de Agosto de 1937*. LEIS DO ESTADO DA BAHIA. IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO Bahia, 1940.

**ANAIS DO COLOQUIO INTERNACIONAL: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA
ESCOLA PRIMÁRIA, SÉCULO XIX-XX**

BAHIA. *Lei nº 37 de 14 de abril de 1836*. Coleção das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1835 a 1838. Bahia, Tip. De Antônio Olavo da França vol. I

BAHIA. *Regulamento de 20 de janeiro de maio de 1842*. Coleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1842 a 1847. Bahia, Tip. De Antônio Olavo da França vol. IV.

BAHIA. *Ato de 04 de outubro 1895*. Actos do governo do estado da Bahia. De 04 de julho de 1891 a 20 de abril de 1896. Typographia Bahiana, de Cincinnato Melchiades, 1912.

BAHIA. *Lei n. 117 de 24 de agosto de 1895*. Lei republicana aprovada pelo governador Joaquim Manoel rodrigues Lima sobre a Organização do ensino na Bahia. Acervo: Arquivo Público do Estado da Bahia-Biblioteca. Texto: Leis e Resoluções da Assembleia da Bahia no ano de 1895. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122520>>. Acesso em 27. jul. 2015.

BRASIL. *Addila diversas disposições á lei n.88, de 8 de Setembro de 1892*. Lei nº 169, de 07 de agosto de 1893. Disponível em < <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64259>>. Acesso em 28 jul.2015.

SÃO PAULO. *Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892*. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64173>>. Acesso em 28 jul.2015.